

DA CONEXÃO NECESSÁRIA À CRENÇA EPISTEMOLÓGICA: FUNDAMENTOS DA CAUSALIDADE EM DAVID HUME

Cleber de Lira Farias¹

RESUMO: Esta pesquisa tem como objetivo apresentar os principais elementos da crítica de Hume à crença com base no estudo da associação de ideias até a ideia de conexão necessária. Para levar a cabo o estudo serão examinadas a relação das seguintes obras: *Tratado da natureza humana* (1739-1740) e *Investigação acerca do entendimento humano* (1749). Delas procuraremos extrair os elementos fundamentais da análise que Hume faz da causalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento. Causalidade. Crença.

Abstract: This research aims to present the main elements of Hume's criticism of belief based on the combination study of ideas until the idea of necessary connection. Methodologically, will be examined the relationship the following books: *A Treatise of Human Nature* (1739-1740) and *An Enquiry Concerning Human Understanding* (1749). From these works, will be searched the key elements of analysis that Hume makes about causality.

Keywords: Knowledge. Causality. Belief.

Introdução

A pesquisa empregada visa compreender o caráter cognoscitivo do homem em sua origem e natureza, conforme foi apresentado por David Hume. Para tanto, através de suas obras *Tratado da Natureza Humana* e *Investigações Acerca do Entendimento Humano*, inicia sua teoria distinguindo as percepções do homem em impressões e ideias. Desta distinção, irá formular seu sistema epistêmico, que chega ao auge através dos denominados princípios associativos das ideias na mente humana. O princípio de maior influência é o de causa e efeito que, levado pela repetição dos objetos, conseqüentemente infere uma relação entre eles, e, deste modo, devido ao hábito e ao costume que se estabelece, a formação do sentimento de crença na mente humana. Isto posto, verifica-se que a crença gerada é resultado da associação mental que, por sua vez, carece de certeza e/ou verificação empírica.

A fim de estudar a fundo a epistemologia humeana, despontam-se duas correntes que avaliam esta filosofia, a primeira defendendo uma tendência mais cética, e outra com uma tendência mais naturalista, porém nenhuma delas em suas perspectivas nega a crítica humeana em relação à metafísica tradicional como forma de conhecimento. Ambas facetas têm como finalidade demonstrar com mais clareza a posição de Hume acerca da ideia de causalidade e, por conseguinte, da crença.

¹ PPGLM/UFRJ

Isto posto, a primeira posição, mais conhecida por ser uma interpretação tradicional da filosofia de Hume, propõe uma leitura, se tratando do conhecimento, tanto do *Tratado* como das *Investigações*, de modo cético, por negar a realidade objetiva do princípio de causa e efeito, do mundo e do homem. A segunda posição, considerada a mais recente, propõe uma leitura mais naturalista deste autor, tendo em vista que a contribuição dele, diferentemente de como observam os defensores de um ceticismo, não é de destruir as possibilidades do conhecimento, mas de desvendar e ressaltar que o papel dos instintos e as crenças são benéficos para a vida do homem.

Deste modo, através da análise da teoria do conhecimento elaborada por Hume acerca da crítica à metafísica tradicional, por meio da reconstrução da fundamentação do princípio de causalidade, pretende-se investigar qual é a sua posição acerca da crença para conhecimento. Entretanto, em meio a essas duas correntes da perspectiva de estudo humeano – ceticismo e naturalismo – permanece, contudo, um desafio exegético de entender como ele o fez, desafio este fundamental na tentativa de compreensão do conhecimento humano, e, para tal, objetiva-se com este trabalho tentar desvendar o papel fundamental que a noção de crença tem para o homem, a qual deve ser orientada por uma minuciosa análise das duas perspectivas de interpretação na obra humeana, de modo a evitar uma posição reducionista, chegando, assim, a uma verdadeira noção de crença, orientado pelo esforço e atenção de acompanhar a dinâmica interna das obras supracitadas.

O que se pretende, portanto, é a atualização do vigor desse sistema epistêmico em particular, e através de suas interpretações por meio da problematização de questões e demarcação de pontos de discussão, sendo assim, a pesquisa se propõe a investigar o modo como Hume fundamenta a causalidade por meio de justificativas racionais. Em decorrência desta investigação, pretende-se colocar em discussão, de acordo com Hume, as condições pelas quais se podem verificar inferência do homem a partir das qualidades intrínsecas dos objetos uma ideia de conexão necessária. Portanto, o ponto fulcral desta pesquisa é investigar quais são as causas e a natureza da causalidade, partindo da associação de ideias à noção de conexão necessária.

1. Análise da origem do conceito de crença

O estudo da ideia de causalidade em Hume encaminha esta pesquisa ao encontro de uma epistemologia da natureza humana². A intenção ao formular essa proposição é demarcar a crítica humeana à razão, que desenvolveu em seu sistema filosófico, desvencilhado de uma metafísica falsa e adulterada³, pretendendo, assim, fazer com que todos os homens cheguem ao conhecimento. O ponto de partida, proposto por Hume, é examinar seriamente a natureza do entendimento humano e mostrar, por meio de uma análise exata de suas faculdades e capacidades cognoscitivas do ser humano, ou seja, investigar com exatidão a natureza humana, uma metafísica que possibilite a compreensão crítica do mundo, alcançando um grau elevado de raciocínio, destruindo, por conseguinte, a metafísica dogmática⁴.

A partir deste princípio, este autor irá iniciar sua teoria afirmando que a fonte de todo o conhecimento é oriunda das percepções, dividindo-as em impressões e ideias⁵. As impressões são as sensações mais vívidas de toda experiência sensível e as ideias, por sua vez, são cópias das impressões e são menos vivazes, por isso se diz que: “O pensamento mais vivo é sempre inferior à sensação mais embaçada”⁶. Desse modo, as impressões atingem a mente com grande intensidade e nela geram as ideias que preservam certo grau dessa intensidade. As ideias são mais tênues, embora sua importância dentro do quadro epistemológico humeano seja mais central, pois se tem em vista a noção de crença. As ideias, mesmo as mais complexas, derivam de alguma forma de alguma impressão, ou seja, para cada ideia há uma impressão correspondente, como afirma Hume “... todas as nossas ideias são cópias de impressões ou, em outras palavras, é-nos impossível pensar em algo que antes não tivéramos sentido, quer pelos nossos sentidos externos quer pelos internos”⁷. As ideias encaradas de um ponto de vista qualitativo podem ter esse grau de vivacidade intensificado, diferenciando-se das impressões nesse aspecto. As impressões apenas geram a ideia, não podendo ter sua natureza perceptiva modificada. Portanto, não podemos atribuir crença a uma impressão que sempre é forte; a crença é um sentimento que pode acompanhar apenas as ideias.

² Entenda-se a noção de natureza humana como uma atividade cognitiva regular do homem acerca de fatos. Deste modo, a teoria do conhecimento humeana irá oferecer uma explicação pautada no empirismo para que a mente do homem tenha um conhecimento certo e seguro.

³ Cf. HUME, 1999, p. 92.

⁴ Cf. HUME, 1999, p. 92.

⁵ Logo no início do *Tratado*, Hume admite que as percepções do espírito humano reduzem-se a duas espécies diferentes ou distintas que são denominadas como impressões e ideias. As impressões são as percepções originárias, que se apresentam com maior força e vivacidade, exemplo disto são as sensações, paixões e emoções enquanto que as ideias são as imagens enfraquecidas que a memória armazena a partir das impressões. O próprio Hume enfatiza essa distinção: “As percepções da mente humana se reduzem a dois gêneros distintos, que chamarei de IMPRESSÕES e IDEIAS. A diferença entre estas consiste nos graus de força e vividez com que atingem a mente e penetram em nosso pensamento ou consciência” (HUME, 2009, p. 25). E mais: “Nossas ideias são copiadas de nossas impressões, representando-as em todas as suas partes” (HUME, 2009, p. 125).

⁶HUME, 1989, p. 69.

⁷HUME, 1989, p. 95.

Para que se possa analisar a teoria do conhecimento em Hume deve-se levar em conta a divisão que ele propõe acerca do conhecimento humano em dois âmbitos, a saber: relações de ideias e relações de fato⁸. Esse primeiro âmbito é obtido através do que se denomina raciocínio lógico, ou seja, o conhecimento sobre o qual podemos demonstrar sua verdade ou falsidade por meio de conceitos a priori, por isso, que se tratando de proposições que se obtém substancialmente baseando-nos no princípio da não-contradição⁹. O segundo âmbito o qual Hume descreve é das relações de fato, em que os fenômenos, eventos concretos da realidade, unem-se na relação causa e efeito. Por isso Hume coloca “O contrário de um fato qualquer é sempre possível, pois, além de jamais implicar uma contradição, o espírito o concebe com a mesma facilidade e distinção como se ele estivesse em completo acordo com a realidade”¹⁰. É, portanto, neste segundo campo de conhecimento que Hume concentra toda a sua investigação.

Como as ideias são armazenadas na memória, a imaginação tem o poder de fazer o que bem entender, pois tem acesso livre à memória, que preserva a força das ideias que a ela pertencem. A capacidade da memória de preservar a força inicial de uma ideia ocupa um lugar crucial na compreensão de como a crença é formada. Isso porque a força da ideia preservada pela memória transmite ao entendimento certa segurança acerca dos objetos que representam. E essa qualidade faz da memória um instrumento valioso na constituição da crença¹¹. Sendo assim, como pode a imaginação desempenhar um papel chave na formação da crença? De acordo com Hume, “Sempre que a imaginação percebe uma diferença entre ideias, ela pode facilmente produzir uma separação”¹².

A propriedade da imaginação é regulada por princípios universais da natureza humana, denominados princípios associativos, os quais associam as ideias presentes na memória fazendo com que a mente as perceba de modo regular e a elas atribua realidade. Sobre estes princípios, Hume nos fala: “Para mim, apenas há três princípios de conexão entre as ideias, a saber: de *semelhança*, de *contiguidade* – no tempo e no espaço – e de *causa* ou *efeito*”¹³. Este último princípio é que Hume irá investigar profundamente, visto que a partir dele o homem ultrapassa a experiência imediata induzindo, contudo, uma relação causal¹⁴. Cabe ressaltar a

⁸ Cf. HUME, 1989, p. 95.

⁹ Cf. HUME, 1989, p. 77; cf. SMITH, 1995, p. 74.

¹⁰ HUME, 1989, p. 77

¹¹ Cf. HUME, 2009, p. 33-34.

¹² HUME, 2009, p. 34.

¹³ HUME, 1989, p. 73.

¹⁴ “A relação de causalidade é uma inferência, feita pelo sujeito, que *ultrapassa* o que lhe é dado na experiência” (DANOWSKI, 1990, p. 7).

relevância maior da causalidade¹⁵, no que permeia a questão da noção de crença, por ser baseado nessa relação que o homem é levado a esperar que o futuro ocorra conforme foi observado no passado, como afirma Hume: “(...) nenhuma relação produz uma conexão mais forte na fantasia e faz com que uma ideia evoque mais prontamente outra ideia que a relação de causa e efeito entre seus objetos.”¹⁶. A contiguidade e a semelhança atuam nesse processo exercendo uma função complementar, fortalecendo a execução da inferência. A inferência causal é a base do conhecimento acerca dos fatos e da crença em relação aos eventos observados na experiência, ou seja, é o fator primordial na consolidação dessa espécie de crença.

A causalidade é revelada na experiência, tendo em vista que através da sucessão dos acontecimentos a relação entre um objeto e sua causa é descoberta. Qualquer especulação de caráter racional carece quanto à investigação que busca verificar a justificação na relação de causalidade entre um objeto e outro. Nem mesmo pela análise minuciosa das qualidades essenciais dos objetos pode-se revelar o poder de inferir uma causalidade. Apenas a sucessão dos eventos permite ao homem conhecer a ligação causal entre os objetos: “Não há um só fenômeno, por mais simples que seja, que possa ser explicado pelas qualidades dos objetos tais como estas aparecem a nós, ou que pudéssemos prever sem a ajuda de nossa memória e experiência”¹⁷.

A causalidade leva a mente a passar da impressão presente à ideia de forma automática, no sentido mecânico do termo. O hábito é o dispositivo cuja responsabilidade é colocar em funcionamento esse mecanismo. Isso porque é o hábito que faz com que a verificação do objeto, repetidas vezes na experiência, gere a expectativa do aparecimento do outro “(...) chamamos de *COSTUME* a tudo aquilo que procede de uma repetição passada sem nenhum novo raciocínio ou conclusão, (...)”¹⁸. Logo, verifica-se um “quarto princípio”, o hábito¹⁹: impelido pela repetição dos fatos, o espírito conecta os fatos, gerando, por conseguinte, uma ideia de conexão necessária²⁰. A causalidade se envolve neste processo como disposição formadora dessa cadeia associativa, onde a crença surge como seu efeito.

A análise física dos objetos demonstra não ser possível determinar a qualidade responsável por gerar a ideia de conexão necessária entre dois objetos. Por conseguinte, a investigação saindo da esfera ontológica volta-se à reflexão sobre as operações da mente, pois

¹⁵HUME, 2009, p. 36.

¹⁶HUME, 2009, p. 35.

¹⁷HUME, 2009, p. 98.

¹⁸HUME, 2009, p. 133.

¹⁹MONTEIRO, 2003, p. 109.

²⁰ Cf. HUME, 1999, p. 129.

o resultado da influência do hábito é fazer com que a mente, ao se deparar com determinado objeto (impressão presente), espere, necessariamente, o aparecimento daquele outro, o qual se verificou pela repetição estar ligado ao primeiro, agindo antes que a mente possa fazer uma reflexão²¹.

Hume, contudo, mostra que o raciocínio humano não está pautado em conclusão extraída de uma análise racional, mas da influência de um mecanismo epistemológico, o qual opera de forma vegetativa, agindo sobre o espírito humano pelo hábito, por isso afirma: “Com efeito, sempre que a repetição de algum ato ou operação particular produz uma propensão de renovar o mesmo ato ou operação sem que sejamos impelidos por qualquer raciocínio ou processo do entendimento, dizemos que essa propensão é um efeito do hábito”²². Deborah Danowski, auxiliando na interpretação do que seja este hábito descrito por Hume, afirma que a relação de causa e efeito é uma tendência maior que o hábito causa na imaginação, passando de uma ideia presente à ideia de causa ou efeito, mediante a sucessões observadas repetidas vezes²³.

Deste modo, através da observação dos objetos externos, considerando a ação causal, não é possível, a partir da observação de um único caso, que se possa descobrir uma conexão necessária, definida pela relação de causalidade, ou seja, partindo da observação de um objeto o homem não é capaz de chegar a uma ideia de causalidade entre os fatos²⁴. Assim, quando um objeto ou evento natural se revela, não há nada nele e nenhuma sagacidade que permita ao homem descobrir, *a priori* – sem o auxílio da experiência, o que se sucederá após revelar-se²⁵. A crença numa causalidade é gerada, então, por meio da constatação empírica do homem acerca da sucessão das ideias dos objetos e eventos naturais presentes na memória, por isso Hume afirma: “A crença dá a essas ideias mais força e influência; faz que pareçam mais importantes, fixa-as na mente; e as torna princípios reguladores de todas as nossas ações”²⁶. A tarefa é, portanto, verificar qual o procedimento epistemológico é responsável por intensificar uma ideia em sua força e vivacidade a ponto de gerar o sentimento de crença que não acrescenta em nada a ideia, “... mas apenas transforma nossa maneira de a conceber, tornando-a mais forte e vívida”²⁷, pois, através de uma impressão presente, a mente liga-a a

²¹ Cf. HUME, 2009, p. 134.

²² HUME, 2009, p. 151.

²³ Cf. DANOWSKI, 1990, p. 7.

²⁴ Cf. HUME, 1999, p. 125.

²⁵ HUME, 2009, p. 137.

²⁶ HUME, 2009, p. 127.

²⁷ HUME, 2009, p. 131.

uma repetição passada, sem nenhum raciocínio, estabelecendo uma verdadeira crença nesta conexão.

2. Funções da Memória e Imaginação

Neste ponto a pesquisa irá investigar as duas faculdades da natureza humana cuja importância para o tema da causalidade em Hume consiste no fato de serem responsáveis pela garantia de um grau de vivacidade e força às ideias da mente humana. A reflexão, por conseguinte, acerca do papel da memória e da imaginação relacionada à causalidade não será o centro desta investigação, porém as funções exercidas por tais faculdade são fundamentais para se chegar a ideia de causalidade.

Há certa independência da memória, no que diz respeito à intensificação da ideia, neste sentido, afirma-se que ela possui a propriedade de preservar o grau de vivacidade original da ideia, isto é, a força que imprimiu na mente quando em sua impressão de origem. Sendo assim, não será necessário que tal ideia seja manipulada por outros princípios a fim de recuperar a intensidade primordial. Contudo, o mesmo não ocorre em relação ao seu papel na formação da ideia causal. De maneira particular, a memória sozinha apenas destaca suas percepções daquelas pertencentes à imaginação²⁸.

As faculdades da Memória e imaginação estão intimamente ligadas às ideias. A memória preserva a força das ideias que a ela pertencem. Dependendo, existem casos em que o grau de vivacidade das ideias podem diminuir ou se intensificar devido as circunstâncias. A capacidade da memória de preservar a força inicial de uma ideia ocupa um lugar crucial na compreensão de como a mente concebe ideia de causalidade. Por conseguinte, a força da ideia preservada pela memória leva a mente, imediatamente, ao objeto ou circunstância a ela relacionada com os eventos outrora observados. Dessa forma, o grau de força presente em tais ideias exerce o mesmo efeito sobre a mente que uma impressão, a saber: conduzir a mente à ideia ou situação que a ela se liga. Desse modo, a memória tem o poder de assegurar certa ordem e posição na mente. Essa capacidade da memória de preservar a força originária de suas ideias irá transmitir ao entendimento segurança acerca dos objetos que representam. E essa qualidade faz da memória um instrumento valioso na constituição da relação causal.²⁹

A repetição dos eventos torna os dados da memória mais fortes, assim é acrescentada a força necessária para corroborar para vivacidade da mesma presente na mente humana. Hume, contudo, oferece um exemplo em que o mentiroso de tanto repetir suas mentiras, o mentiroso

²⁸ Cf. KEMP SMITH, Norman. *The Philosophy of David Hume*, p. Capítulo XI.

²⁹ Cf. HUME, 2009, p. 115.

acaba por considerá-las verdadeiras, pois passa a tê-las revigoradas a ponto de atingir a força das ideias da memória³⁰.

Ao investigar as faculdades da memória e da imaginação estamos explorando suas condições não se encontra o que justifique a relação causal e como podem ser sentidas num grau mais intenso que o original. Ao questionar quais as circunstâncias responsáveis por aumentar a intensidade de uma ideia, fazendo-a ser sentida como conexão necessária. A memória preserva a originalidade da ideia, a intensidade que se extrai da experiência. A imaginação é uma faculdade cujo poder de unir e separar as ideias lhe permite criar novas, que não possuem uma impressão equivalente de onde tenham extraído sua existência, desse modo são denominadas as ideias complexas. A imaginação só encontra obstáculo quando o assunto é de cunho demonstrativo.

Isto posto, no território das questões de fato que a relação causal é possível, visto que esse poder pressupõe essa liberdade da imaginação. Tendo que levar em consideração que aquilo que já é determinado não é passível de crença, pois está provada a impossibilidade dele se dar de outro modo. O campo da necessidade que envolve diretamente as relações de ideias é o campo da razão pura. A natureza humana, portanto, não exerce qualquer poder sobre esse território³¹.

A imaginação organiza nossas ideias da maneira que bem entende. Mas qual de nossas faculdades organiza nossas ideias? Essa questão será investigada no próximo item que ultrapassa a razão. Até agora, a tendência é atribuir à associação de ideias (particularmente à de causa e efeito) a maior parcela de contribuição recai sobre a produção da crença na mente humana. Crença e causalidade, contudo, estão diretamente interligadas.

3. A questão causal e a crença epistemológica

Após apontar as principais características de David Hume acerca da origem das crenças epistêmicas no homem, é mister, então, considerar as construções de duas correntes, como método, para progredir na interpretação de sua filosofia, a saber: o ceticismo e o naturalismo. Deve se entender essas perspectivas não como esgotamento da filosofia humeana, mas são meios pelos quais, ainda que contrapostos, obter entre eles aspectos que aprimorem a interpretação da teoria do conhecimento de Hume. Por isso se faz necessário para esta pesquisa um desenvolvimento sobre a consequência dessas duas perspectivas, para

³⁰ Cf. HUME, 2009, p. 115.

³¹ Cf. HUME, 2009, p. 124.

que, diagnosticando-as, possam-se tirar os dados relevantes para a resposta acerca da noção da crença.

Hume defende uma espécie de ceticismo como predisposição para toda e qualquer investigação filosófica para que não se incorra o erro dos metafísicos³² – algo semelhante com a dúvida metódica proposta por Descartes em sua filosofia – mas sua finalidade, neste caso, seria gerar certa suspeita ou dúvida geral em seu entendimento, bloqueando as paixões e devaneios que podem tirar a filosofia de seu eixo central.

Na quarta parte do *Tratado*, pode-se verificar um dos momentos céticos mais notórios de Hume, onde oferece um argumento em que pretende mostrar que “... tudo é incerto, e que nosso julgamento em coisa alguma possui *nenhuma* medida de verdade e falsidade...”³³. Este ceticismo acerca da razão é apresentado em duas partes principais. A primeira parte conclui que “todo conhecimento degenera em probabilidade”³⁴, e a forma com que ele chega a essa conclusão está baseada nos dados da experiência, a saber:

Em cálculos longos ou importantes, os comerciantes raramente confiam na certeza infalível dos números; em vez disso produzem, pela estrutura artificial dos registros contábeis, uma probabilidade que ultrapassa aquela que deriva da habilidade e experiência do contador. Pois esta, por si só, já constitui claramente um grau de probabilidade, embora incerta e variável, segundo o grau da experiência e complexidade do cálculo. Ora como ninguém sustentaria que nossa certeza em um cálculo complexo excede a probabilidade, posso afirmar com segurança que não há praticamente nenhuma proposição numérica sobre a qual possamos ter uma certeza mais completa. (HUME, 2009, p. 216).

Visto que as construções mentais são, muitas vezes, passíveis de erro, precisa-se, então, de um segundo julgamento sobre a dúvida verificada para saber se foi desempenhada a demonstração corretamente, o qual é somente provável, porquanto há sempre adição de novas probabilidades, pois a força que o hábito produz no homem aumenta gradativamente a crença. Deste modo, acaba-se reduzindo o juízo a uma probabilidade a partir da justificativa em base a experiências observadas na vida diária³⁵.

Na segunda parte, apelando a uma segurança dos juízos, Hume afirma que a força de qualquer julgamento de probabilidade deverá ser diminuída até sua redução a nada, pois, em todos os julgamentos de probabilidades, irá corrigir o primeiro julgamento por outro, ambos

³²HUME, 1999, p. 187.

³³ HUME, 2009, p. 216.

³⁴HUME, 2009, p. 121.

³⁵ Cf. HUME, 2009, p. 215.

derivados da natureza do entendimento³⁶, chegando, como ele mesmo coloca, “a uma total extinção da crença e da evidência”³⁷. Isso se dará por meio de um árduo trabalho, até a sua diminuição infinita, para que essa probabilidade pereça até o “nada”, acerca desse “nada”. Folegin explica que se trata de um modo teórico onde a crença é diminuída até a anulação da mesma, retratando, assim, um ceticismo não mitigado³⁸.

A concordância de Hume com esse argumento, porém, não o torna um cético, já que um cético radical é aquele que não acredita em nada. Considera, dessa forma, que a crença influencia o homem, ou seja, um cético total impossibilita sua existência, por isso não ocorre a extinção da crença, haja vista que a natureza nos determina a agir³⁹, pois a crença não é um simples ato do pensamento que seria destruída pela suspensão do juízo, mas um arraigado na mente humana pela carência reflexiva que se impõe pela crença. Ele reconhece, com isso, através de sua análise, uma fraca condição das faculdades humanas⁴⁰, surgindo, então, um desespero cético, porque se encontra frente ao dilema de não se deixar levar pela fantasia, mas, por outro lado, sabe que o agir do entendimento deixa pouca evidência tanto na filosofia, quanto na vida comum⁴¹. Por este dilema, Hume é conduzido a uma angústia cética, determinado a abandonar toda crença e qualquer manifestação da razão⁴².

Para que ele possa ser resgatado desta angústia, recorre-se, forçadamente, a um retorno à vida comum, mesmo sabendo que irão retornar as especulações pela sua curiosidade intelectual. Por isso, Hume propõe uma espécie de ceticismo acadêmico, com a finalidade de extinguir o dogmatismo e refutar as propensões intelectuais metafísicas, com duas intenções: a primeira, de refutar a ficção filosófica do dogmatismo metafísico e, deste modo, a segunda intenção é a de esclarecer ao homem, através do método empírico, o conhecimento da sua natureza e do mundo. O ceticismo humeano, portanto, quer estabelecer o papel da ciência da natureza humana e seu limite.

Muitos estudiosos, ao contrário, não veem o ceticismo de Hume como fundamento final de sua teoria, sustentando que há uma dimensão tão ou mais importante que é o naturalismo. Esta corrente afirma que a filosofia humeana quer destacar o valor das crenças naturais para o homem, sem as quais não poderia recusar para viver. Hume compreende a indução como um ato comportamental, visto que através das experiências passadas, não de

³⁶ Cf. HUME, 2009, p. 122.

³⁷ Cf. HUME, 2009, p. 122.

³⁸ Cf. FOLEGIN, 2007, p. 105.

³⁹ Cf. HUME, 2009, p. 216.

⁴⁰ “Como posso estar seguro de que, ao abandonar todas as opiniões estabelecidas, estou seguindo a verdade? E por meio de que critério a distinguirei, mesmo que a sorte finalmente vá até ela?” (HUME, 2009, p. 297).

⁴¹ Cf. HUME, 2009, p. 300.

⁴² Cf. HUME, 2009, p. 301.

um raciocínio, forma-se uma crença que por meio da observação da impressão presente leva a imaginação conceber uma conexão necessária, esta que auxilia o homem a sobreviver, como Quine afirma: “... criaturas inveteradamente erradas nas suas induções têm uma tendência patética, porém louvável, de morrer antes de reproduzir sua espécie”⁴³. A interpretação naturalista, contudo, quer demonstrar que o ceticismo humeano não é total, mas pressuposto para a invariável força natural que faz nascer nos homens crenças básicas, como a de causalidade.

Esse segundo modo de interpretação da filosofia de David Hume considera que o intuito não é de destruir o conhecimento, mas ressaltar a importância que os instintos e as crenças têm para o homem, em sua vida e, também, para as ciências morais e naturais. Isto posto, pode-se observar que há dois modos de se entender essa perspectiva naturalista, a saber: o primeiro modo, após verificar que as crenças humanas em sua maioria não conseguem ter uma justificativa racional, torna-se inevitável considerar a importância das ações e operações naturais para a vida do homem; o segundo é a tentativa filosófica de demonstração, através dos métodos das ciências naturais investigarem, quais são os princípios psicológicos que levam o homem, por meio da experiência, a formar as crenças, ou seja, por defender um naturalismo, entende-se que ele é o melhor método de investigação das ciências morais e sociais, como Hume explica: “Portanto, nessa ciência, devemos reunir nossos experimentos mediante a observação cuidadosa da vida humana, tornando-os tais como aparecem no curso habitual do mundo, no comportamento dos homens em sociedade, em suas ocupações e prazeres”⁴⁴.

Por meio desta corrente naturalista, admite-se que Hume elaborou uma teoria psicológica, onde demonstra que, através das crenças naturais, os homens conseguiram superar as dificuldades que enfrenta a justificativa racional. Essas crenças podem ser tomadas como instintivas e naturais e são universalmente aceitas entre os homens, como afirma Strawson, ao dizer que mesmo diante dos argumentos céticos, o homem, baseado nas regras da indução, não pode deixar de formar crenças e expectativas, pois mesmo carecendo de uma justificativa, há uma garantia da natureza⁴⁵.

Diante da constituição da força da natural, obtida pela crença, no homem, a razão, frente às crenças nas questões de fato e de existência, ainda tem um papel importante, mesmo que subordinado⁴⁶. Na análise humeana, pode-se notar que a filosofia experimental necessita

⁴³ QUINE, 1980, p. 192.

⁴⁴ HUME, 2009, p. 24.

⁴⁵ Cf. STRAWSON, 2008, p. 10-14.

⁴⁶ Cf. HUME, 2009, p. 450.

do aparato da razão para que opere corretamente, pois oferece regras para que possa elaborar juízos acerca dos eventos na mente do homem, como o próprio Hume afirma: “a razão não é senão um maravilhoso e ininteligível instinto de nossas almas, que nos conduz por uma certa sequência de ideias, conferindo-lhes qualidades particulares em virtude de suas situações e relações particulares”⁴⁷.

Esta postura naturalista não quer demonstrar um apego às diversas tendências da natureza humana e nem se fiar incredulamente a elas, mas sim, refletindo sobre as mesmas, alcançar um equilíbrio, que Smith denomina de um ceticismo mitigado⁴⁸. Os filósofos que defendem esta tese acreditam que a interpretação humeana acerca do ceticismo não é um argumento filosófico, e sim psicológico, como Hume explica: “... a crença é mais propriamente um ato da parte sensitiva que da parte cogitativa de nossa natureza”⁴⁹. Desse modo, seria um equívoco achar que a compreensão adequada da filosofia humeana consiste num ceticismo, que pode ser nocivo se for empregado com exagero. Portanto, o naturalismo humeano não conduz a um ceticismo, mas é uma terceira via entre o ceticismo e o dogmatismo.

Seria incoerente, nesta pesquisa, reduzir o pensamento humeano a um ceticismo ou naturalismo, pois o uso que Hume faz dessas perspectivas é mais instrumental que conclusivo, ou seja, nenhuma das duas correntes interpretativas são levadas a termo por Hume, mas, sem dúvidas, auxiliam numa correta investigação acerca da origem do entendimento humano.

Segundo Hume, deixar de crer que a Natureza é uniforme e que o mundo exterior é real, seria nocivo ao homem. Estas crenças fazem parte da natureza humana e na vida cotidiana, por isso não se consegue pensar nem agir na sua ausência. Os argumentos céticos são impotentes para destruir muitas crenças, no entanto, elas têm certa importância prática, como afirma Hume. Como se observou as capacidades de conhecimento do homem são limitadas, conseqüentemente deve-se evitar o dogmatismo no pensamento e na tomada de decisões, assim como, evitar investigações demasiado especulativas.

O cético moderado⁵⁰ caracteriza-se por ter estas atitudes. Dado que está consciente das limitações do entendimento humano, tem uma mente aberta ao mesmo tempo que rejeita todas

⁴⁷HUME, 2009, p. 212.

⁴⁸ Cf. SMITH, 1995, p. 189.

⁴⁹HUME, 2009, p. 217.

⁵⁰ O ceticismo mitigado ou moderado significa um momento importante na argumentação humeana, onde a metafísica – ficção filosófica – é refutada. Ele limpa o terreno para o segundo passo: provar que é apenas através do método empírico, da experiência, que podemos conhecer a natureza. Seu objetivo inicial era o de produzir um relato científico das operações da mente humana, e o resultado seria um sistema com somente um tipo de objeto, percepção e algumas maneiras nas quais são produzidas. As perspectivas do ceticismo e do naturalismo,

as pretensões ao conhecimento em questões demasiado distantes da experiência, como Hume descreve: “Se nem sequer podemos apresentar uma razão satisfatória para acreditar, depois de mil experiências, que uma pedra vai cair, ou que um fogo vai queimar, como poderíamos nos dar por satisfeitos quanto a qualquer decisão que viéssemos a tomar sobre a origem dos mundos e a situação da Natureza, desde o início até ao fim da eternidade”⁵¹.

4. Conclusão

Tendo em vista os aspectos observados, a análise da filosofia de David Hume que constituiu sua ciência do homem, ultrapassa as pretensões racionalistas e, com seu ceticismo e naturalismo, busca as origens do conhecimento humano em sua própria natureza, pode-se afirmar que essas duas interpretações distintas não são incompatíveis. Contudo, não se pode esquecer os muitos caminhos que a investigação de Hume pavimentou – ceticismo e naturalismo – e, principalmente, a junção entre as tendências em sua filosofia. Sabe-se, hoje, que Hume organizou diversas perspectivas em sua filosofia, mas, ainda assim, permanece o desafio exegético entender como ele o fez, desafio este fundamental na tentativa de compreensão do humano e de suas crenças.

Nota-se, pois, que no estabelecimento das crenças a experiência desempenha um papel epistêmico direto, e não indireto, tendo em vista que a experiência é mais forte do que qualquer ideia presente na mente do homem. Mas ainda a mente tem de trabalhar sobre essa experiência – função do intelecto humano –, para determinar os graus da crença ou assentimento. Dessa forma, a faculdade responsável por essa tarefa é a razão, esta que trabalha de acordo com os dados captados pela experiência. Sendo, deste modo, esta faculdade, como já foi indicada, a responsável pelo conhecimento, pois forma as leis da natureza, quando incita ao homem a esperar um que os eventos se repitam, de acordo com as experiências passadas.

Com efeito, aspectos primordiais da filosofia de Hume permanecem atuais como eram em sua época, tais como a busca da origem do conhecimento, bem como sua justificação e a crítica a uma metafísica puramente especulativa, aspectos que irão revelar a posição da noção de crença na filosofia humeana. Assim, o essencial da teoria do conhecimento de Hume reside não tanto em seu ceticismo sobre a possibilidade do conhecimento humano e os seus limites, e nem em um naturalismo que deposite a confiança nas crenças adquiridas pela experiência. A

portanto, motivaram e, ao mesmo tempo, estabeleceu os limites da ciência da natureza humana sem o qual, é útil recordar, nenhuma ciência da natureza humana seria possível. (Cf. KIRALY, 2000, p. 42-45).

⁵¹HUME, 1989, p. 173.

postura mais adequada é a de não enquadrar cegamente a filosofia humeana a nenhuma tendência, mas, refletindo sobre elas, chegar a um ponto de equilíbrio, pois, observando que as duas correntes não são contraditórias, o uso que Hume faz é mais instrumental que conclusivo para servirem como meios a uma correta investigação acerca do entendimento humano em sua origem e natureza.

Os resultados céticos de Hume são muito fortes, principalmente na primeira parte do tratado, como meio de colocar em cheque toda a metafísica tradicional. Deste modo, pode-se observar que não que uma crença justificada na uniformidade da Natureza ou na realidade do mundo exterior é inaceitável. Um cético pirrônico extrairia daqui a conclusão radical de que o homem deve deixar de acreditar que a Natureza é uniforme e que o mundo exterior é real. Hume recusa-se a extrair esta conclusão, pois as crenças servem como guia para que o homem possa viver em seu cotidiano, por isso que seu ceticismo é mitigado ou moderado. Dessa forma, a sua teoria do conhecimento não pode ser enquadrada como um ceticismo ou naturalismo.

BIBLIOGRAFIA

BACON, F. *Novumorganum*. São Paulo: Abril Cultural (Col. Os Pensadores), 1984.

BERKELEY, G. *Tratado sobre os princípios do conhecimento humano*. 5.ed. São Paulo: Nova Cultural (Col. Os Pensadores), 1992.

DANOWSKI, D. *O lance de dados de David Hume*. In: O que nos faz Pensar, 2, jan, 1990, p. 5-16.

FOGELIN, R. *A tendência do ceticismo em Hume*. In: Sképsis, ano I, n. 1, 2007.

HUME, David. *An Enquiry concerning Human Understanding*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

_____. *Investigação acerca do entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1989 (Col. Os Pensadores).

_____. *Tratado da Natureza Humana* (trad. Débora Danowski). São Paulo: UNESP, 2009.

LOCKE, J. *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural (Co1. Os Pensadores), 1978.

KIRALY, Cesar. *Os limites da representação: um ensaio desde a filosofia de David Hume*. São Paulo: Giz Editorial, 2000.

MONTEIRO, João Paulo. *Novos estudos humeanos*. São Paulo: Discurso Editorial, 2003.

SMITH, Plínio J. *O ceticismo de Hume*. São Paulo: Loyola, 1995.

STRAWSON, P. F. *Ceticismo e Naturalismo: algumas variedades*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2008.

QUINE, W. Espécies naturais. In: Ryle, G. et al. *Ensaio*. São Paulo: Abril cultural, 1980, p. 185-199.